

Caderno de debates 2

Cidades e conflito: o urbano na produção do Brasil contemporâneo

Francisco de Oliveira e Cibele Saliba Rizek

Organização:

Joana Barros, Evanildo B. da Silva e Livia Duarte



FASE

50
anos

Caderno de debates 2

Cidades e conflito: o urbano na produção do Brasil contemporâneo

Francisco de Oliveira e Cibele Saliba Rizek

Organização:

Joana Barros, Evanildo Barbosa da Silva
e Lívia Duarte

Rio de Janeiro, setembro de 2013

Realização



Apoio



Caderno de Debates 2. Cidades e conflito: o urbano na produção do Brasil contemporâneo

FASE - Solidariedade e Educação
Programa Nacional Direito à Cidade
Rio de Janeiro/RJ - 2013
1ª edição

ISBN 978-85-86471-74-2

Organização: Joana Barros, Evanildo Barbosa da Silva e Livia Duarte
Revisão: Livia Duarte e Joana Barros
Ilustração de capa: Bel Falleiros
Projeto gráfico e diagramação: Flávia Mattos
Impressão: 3Graf
Tiragem: 1.000 exemplares

Cidades e conflito: o urbano na produção do Brasil contemporâneo

Sumário

05. Apresentação

07. Entrevista Francisco de Oliveira

Lívia Duarte e Joana Barros

27. Mestre Chico - apontamentos e reflexões

Cibele Saliba Rizek

47. O Estado e o urbano no Brasil

Francisco de Oliveira

69. O Estado e a exceção ou o Estado de exceção?

Francisco de Oliveira

Mestre Chico – apontamentos e reflexões

Cibele Saliba Rizek¹



Favela do Moinho - São Paulo/SP

Marcelo Camargo/ABr

Seguindo os passos de Chico, n'A *Crítica*: a especificidade do capitalismo no Brasil

Alguns temas presentes na obra já clássica de Francisco de Oliveira atravessam a história e a reflexão crítica brasileiras. Um desses temas é a especificidade da industrialização no Brasil que conduziu um conjunto de argumentos sobre o processo de modernização da economia e das classes, sobre o que é o moderno e o que é arcaico, sobre as relações entre o peso do passado e cada um dos desafios do presente e, por consequência, sobre as formas e as particularidades, possibilidades e impossibilidades da dominação burguesa no Brasil. Dessa perspectiva, pensar a industrialização era também – no âmbito dos anos setenta – não apenas pensar o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, na sua face brasileira, superando seus dualismos, mas ir mais fundo, vinculando formas de dominação e suas condições estruturais.

É dessa perspectiva que Chico de Oliveira nos alertava, em 72, que a primeira finalidade do sistema capitalista é sua própria reprodução, ou seja, dominação e exploração são dimensões endógenas e não exógenas de tal modo que, no rastro da melhor herança marxista, ele nos presenteava com uma re colocação de um binômio clássico nos pensadores que inventaram o Brasil – o binômio tradicional/moderno. É possível então relembrar no âmbito d'A *Crítica da Razão Dualista* o diálogo com a Cepal. Francisco de Oliveira reconhecia nesse diálogo a única interlocução possível sobre a economia e a sociedade brasileiras e latino americana. Uma das pistas que nos deu parece se repor, ainda que de modo rebaixado, na nova onda de desenvolvimentismo ou neodesenvolvimentismo – trata-se do conceito de

1 Cibele Saliba Rizek é socióloga, professora associada do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP/São Carlos, pesquisadora do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania da FFLCH/USP e pesquisadora do CNPq.

subdesenvolvimento e de sua singularidade, constituída polarmente em torno da oposição formal entre um setor “atrasado” e um setor “moderno”. A ideia e a tese da singularidade, avisava Chico, já não se sustentava, já que o “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”. Em suas palavras, reconhecia a simbiose e organicidade, em uma unidade de contrários, em que o chamado moderno cresce e se alimentava – cresce e se alimenta – da existência do atrasado ou arcaico. Assim, o subdesenvolvimento parecia ser a forma própria de ser das economias pré-industriais, devidamente atravessadas por um capitalismo “em trânsito” para suas formas mais avançadas e consolidadas. Entretanto, o que se reconhecia como subdesenvolvimento era na verdade uma produção da expansão do capitalismo, ou seja, uma formação capitalista e não simplesmente um momento histórico de seu processo de constituição. Era então preciso enfatizar as estruturas de dominação que se articulavam de modo endógeno aos processos de acumulação próprios de países como o Brasil e, assim, a sua estrutura de classes. Isto é, era preciso criticar com radicalidade a teorização que era incapaz de responder quem tem a predominância sobre as determinações do todo: as leis internas de articulação ou as leis de ligação com o resto do sistema.

No plano da prática, a ruptura com a teoria do subdesenvolvimento também não poderia deixar de ser radical, já que a preeminência das teorias da dependência contribuiria decisivamente para que não se constituísse uma teoria sobre o capitalismo no Brasil, cumprindo uma função ideológica que opera ainda entre nós: a de marginalizar e truncar as perguntas a respeito do desenvolvimento econômico capitalista no Brasil. A que e a quem serve? A que e a quem se destina?

A teoria do subdesenvolvimento teria, então, assentado as bases do “desenvolvimentismo”, o que teria desviado a atenção teórica e a ação política do problema da luta de classes, justamente no momento em que uma economia de base agrária se transformava em uma economia industrial e urbana. Dessa perspectiva, a teoria do subdesenvolvimento teria sustentado, de acordo com *A Crítica da Razão Dualista*, o complexo ideológico próprio do chamado período populista. Chico ainda avisava em 1972: “se ela hoje não cumpre esse papel é porque a hegemonia de uma classe se afirmou de tal modo que a face já não precisa de máscara” (Oliveira, 2003: 34)².

Nesse feixe de processos de transformação, *A Crítica* chamava a atenção para a centralidade da legislação trabalhista no processo de acumulação a partir dos anos trinta. Essa centralidade acaba apontando para a limitação estrutural do que se poderia

2 A versão d’*A Crítica* citada utilizada neste texto é: OLIVEIRA, Francisco de. *A Crítica à Razão Dualista/O Ornitórrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

reconhecer como mercado livre de trabalho no Brasil.

A legislação trabalhista interpretou o salário mínimo rigorosamente como ‘salário de subsistência’, isto é, de reprodução. (...) Em termos de salário mínimo, como a quantidade de força de trabalho que o trabalhador poderia vender. (...) Não há nenhum outro parâmetro para o cálculo das necessidades do trabalhador; não existe na legislação, nem nos critérios, nenhuma incorporação dos ganhos de produtividade do trabalho. O decisivo é que as leis trabalhistas fazem parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modo de acumulação. Para tanto, a população em geral, e especialmente a população que afluía às cidades, necessitava ser transformada em “exército de reserva”. (Oliveira, 2003: 37-38)

E Chico advertia:

A regulamentação das leis do trabalho operou a reconversão a um denominador comum de todas as categorias, com o que, antes de prejudicar a acumulação, beneficiou-a. (Oliveira, 2003: 39)

Esse impulso transmitido à acumulação caracterizaria uma nova etapa de crescimento da economia brasileira.

O segundo aspecto refere-se à intervenção do Estado na esfera econômica, operando na regulamentação dos demais fatores, além do trabalho: fixação de preços; distribuição dos ganhos e perdas entre os diversos estratos ou grupos das classes que detinham o capital; gasto fiscal com fins direta ou indiretamente reprodutivos, na esfera da produção com fins de subsídio a outras atividades produtivas. (Oliveira, 2003: 40)

Seu papel nesse âmbito era o de criar as bases para a acumulação capitalista industrial e sua reprodução no nível das próprias empresas.

Os “preços sociais” podem ter financiamento público ou podem ser simplesmente a imposição de uma distribuição de ganhos diferente entre os grupos sociais, e a direção em que eles atuam é no sentido de fazer a empresa capitalista industrial a unidade mais rentável do conjunto da economia. Assim, assiste-se à emergência e à ampliação das funções do Estado, num período que perdura até os anos Kubitschek. Regulando o preço do trabalho, já

discutido anteriormente, investindo em infraestrutura, impondo o confisco cambial ao café para redistribuir os ganhos entre grupos das classes capitalistas, rebaixando o custo de capital na forma do subsídio cambial para as importações de equipamentos para as empresas industriais e na forma da expansão do crédito a taxas de juros negativas reais, investindo na produção (Volta Redonda e Petrobrás, para exemplificar), o Estado opera continuamente transferindo recursos e ganhos para a empresa industrial, fazendo dela o centro do sistema. A essa “destruição” e “criação” vão ser superpostas as versões de um “socialismo dos tolos” tanto da esquerda como da ultradireita, que viam na ação do Estado, “estatismo”, sem se fazer nunca, uns e outros, a velha pergunta dos advogados: a quem serve tudo isso? (Oliveira, 2003: 40-41)

O terceiro aspecto que ganhava relevo dentro do processo da nova articulação desenvolvimentista e populista referia-se ao papel da agricultura:

Ela [a agricultura] deveria suprir as necessidades de bens de capital e intermediários de produção externa, antes de simplesmente servir para o pagamento dos bens de consumo; desse modo, a necessidade de mantê-la ativa é evidente por si mesma. (Oliveira, 2003: 42).

De outro lado, por seu subsector de produtos destinados ao consumo interno, a agricultura deveria suprir as necessidades das massas urbanas, de forma a manter baixo o custo da alimentação e, secundariamente, o custo das matérias-primas. Assim a agricultura não poderia se constituir em obstáculo à constituição e à centralidade do processo de acumulação urbano-industrial. Esse era, portanto, o nexo e o ponto nevrálgico de todo o processo. Em torno dele giraria a estabilidade do todo. Dessa articulação dependeria a viabilidade do processo de acumulação pela empresa capitalista industrial que se assentava numa ampla expansão do “exército industrial de reserva”. A solução do chamado “problema agrário” nos anos da “passagem” da economia de base agrário-exportadora para urbano-industrial foi um ponto fundamental para a reprodução das condições da expansão capitalista. Esse complexo de soluções se apoiariam

no enorme contingente de mão de obra, na oferta elástica de terras e viabilização do encontro desses dois fatores pela ação do Estado construindo infraestrutura, principalmente a rede rodoviária. Ela é um complexo de soluções cujo denominador comum reside na permanente expansão horizontal da ocupação

com baixíssimos coeficientes de capitalização e até sem nenhuma capitalização prévia; numa palavra, opera como uma sorte de “acumulação primitiva”. (Oliveira, 2003: 43)

A introdução do conceito de acumulação primitiva, porém, exigia redefinições: n’*A Crítica*, Chico afiava seus instrumentos teóricos e apontava algumas delas:

(...) Em primeiro lugar, trata-se de um processo em que *não se expropria a propriedade* — isso também se deu em larga escala na passagem da agricultura chamada de subsistência para a agricultura comercial de exportação —, mas *se expropria o excedente* que se forma pela posse transitória da terra. Em segundo lugar, a acumulação primitiva não se dá apenas na gênese do capitalismo: em certas condições específicas, principalmente quando esse capitalismo *cresce por elaboração de periferias*, a acumulação primitiva é estrutural e não apenas genética. (...) [O trabalhador] prepara a terra para as culturas permanentes. Há, portanto, uma transferência de “trabalho morto”, de acumulação, para o valor das culturas ou atividades do proprietário, ao passo que a subtração de valor que se opera para o produtor direto reflete-se no preço dos produtos de sua lavoura, rebaixando-os. (Oliveira, 2003: 43, grifos no original)

Explicitavam-se, então, os vínculos entre a produção de gêneros alimentícios em áreas de exploração recente e um rebaixamento do seu valor, contribuindo para a centralidade do processo de acumulação do capital nas indústrias e nas cidades. O que estava em questão era, assim, o custo de reprodução da força de trabalho urbana, ao lado da formação de um proletariado rural que serviria às culturas comerciais de mercado interno e externo.

No conjunto, o modelo permitiu que o sistema deixasse intocadas as bases agrárias da produção, contornando os problemas de distribuição da propriedade — que pareciam críticos no fim dos anos 1950 — ao mesmo tempo que o proletariado rural que se formou não ganhou estatuto de proletariado. (Oliveira, 2003:45)

Teria havido então uma conciliação entre o crescimento industrial e o agrícola, já que a criação de um mercado urbano e industrial, que teria imposto um tratamento de discriminação e de confisco sobre a agricultura, oferecia como contrapartida a manutenção de um padrão “primitivo” nas atividades agrícolas que tinha por base as altas taxas de exploração da força de trabalho.

Como se vê, o padrão “primitivo” se manteve, ampliou-se e combinou-se com as novas relações de produção o que teve nas cidades e empresas industriais fortes repercussões, permitindo um crescimento industrial e dos serviços extraordinário. Dois elementos dessa combinação foram especialmente significativos: a constituição de um enorme exército industrial de reserva que incidirá sobre a redefinição das relações capital-trabalho e ampliando as possibilidades de acumulação industrial; a constituição de um padrão de fornecimento de excedentes alimentícios cujo preço era determinado pelo custo de reprodução da força de trabalho rural.

Em outras palavras, o preço de oferta da força de trabalho urbana se compunha basicamente de dois elementos: custo da alimentação— determinado este pelo custo de reprodução da força de trabalho rural — e custo dos bens e serviços propriamente urbanos; nestes, ponderava fortemente uma estranha forma de “economia de subsistência” urbana, (...) forçando para baixo o preço de oferta da força de trabalho urbana e, conseqüentemente, os salários reais. (Oliveira, 2003:46)

Chico então avisava que a industrialização sempre se dá visando, em primeiro lugar, atender às necessidades da acumulação e não às do consumo.

Concretamente, se existe uma importante massa urbana, força de trabalho industrial e dos serviços, e se é importante manter baixo o custo de reprodução dessa força de trabalho a fim de não ameaçar a inversão, torna-se inevitável e necessário produzir bens internos que fazem parte do custo de reprodução da força de trabalho. (...) No Brasil também foi assim: começou-se a produzir internamente em *primeiro lugar* os bens de consumo não-duráveis destinados, primordialmente, ao consumo das chamadas classes populares (possibilidade respaldada, além de tudo, pelo elenco de recursos naturais do país) e não o inverso, como comumente se pensa. O fato de que o processo tenha desembocado num modelo concentracionista, que numa segunda etapa de expansão vai deslocar o eixo produtivo para a fabricação de bens de consumo duráveis, não se deve a *nenhum fetiche ou natureza dos bens*, a *nenhum “efeito demonstração”*, *mas à redefinição das relações trabalho-capital, à enorme ampliação do “exército industrial de reserva”*, *ao aumento da taxa de exploração, às velocidades diferenciais de crescimento de salários e produtividade que reforçaram a acumulação.* (Oliveira, 2003: 50, grifos no original)

Assim, “foram as necessidades da acumulação e não as do consumo que orientaram o processo de industrialização”, afirmava Chico, sendo que a “substituição de importações” teria sido “condição necessária porém não suficiente”.

A equação urbano-industrial e a construção da sua centralidade no processo de acumulação teria ainda outro elemento: os chamados “serviços” como um conjunto heterogêneo de atividades, cuja única homogeneidade consistiria na característica de não produzirem bens materiais. A hipótese formulada sobre os serviços tinha por base outro conjunto de elementos e apontamentos críticos e dizia respeito às características específicas da economia brasileira.

Entre 1939 e 1969, a participação do Terciário no produto interno líquido manteve-se entre 55% e 53%, enquanto a porcentagem da população economicamente ativa, isto é, da força de trabalho, saltava de 24% para 38%; o Terciário configura-se, assim, como o setor que mais absorveu os incrementos da força de trabalho. (Oliveira, 2003:54)

Se essa absorção podia ser creditada à incapacidade do setor primário em reter população e por oposição à impossibilidade de absorção pelo setor industrial, Chico oferece como explicação a ideia de que

o crescimento do Terciário, na forma em que se dá, absorvendo crescentemente a força de trabalho, tanto em termos absolutos como relativos, faz parte do modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista no Brasil; não se está em presença de nenhuma “inchação”, nem de nenhum segmento “marginal” da economia. (Oliveira, 2003:54-55, grifos no original)

O crescimento industrial brasileiro estaria assentado sobre uma acumulação pobre, sobre uma “acumulação primitiva”, o que queria dizer que o crescimento anterior à expansão industrial, depois da virada de 30, não se fazia como acumulação adequada à empresa industrial, deixando assim de oferecer a base necessária de infraestrutura que sustentasse a expansão da própria indústria. Com exceção de alguns núcleos mais importantes, as cidades brasileiras, afirmava Chico, “não passavam de acanhados burgos”.

Assim, o crescimento e a expansão da indústria, teria que se centrar na empresa. Nela se localizava toda a virtualidade da acumulação propriamente capitalista. Mas essa acumulação não poderia se desenvolver sem o apoio de serviços, diferenciados e desligados da unidade produtiva propriamente dita, isto é, sem cidade, sem as chamadas “economias externas”. Essa carência teria gerado em um primeiro momento da industrialização uma “autarquização das

unidades fabris” a ser substituída pela complexificação da divisão do trabalho, para além dos muros das fábricas.

Logo em seguida, com a continuidade da expansão industrial, esta vai compatibilizar-se com a ausência de acumulação capitalística prévia, que financiasse a implantação dos serviços, lançando mão dos recursos de mão de obra, reproduzindo nas cidades um tipo de crescimento horizontal, extensivo, de baixíssimos coeficientes de capitalização, em que a função de produção sustenta-se basicamente na abundância de mão de obra. Assiste-se, inclusive, a revivescência de formas de produção artesanais, principalmente nos chamados serviços de reparação (oficinas, de todos os tipos). (Oliveira, 2003:55)

A questão então não podia estar centrada no tamanho do terciário do ponto de vista de sua participação no montante de empregos. Ao contrário. O porte do terciário, sua absorção de mão de obra era um momento, um fenômeno vinculado à acumulação urbano-industrial. A aceleração do crescimento nucleado pela indústria exigiu das cidades infraestrutura e serviços que não existiam e a intensidade da expansão industrial não permitiria “*uma intensa e simultânea capitalização nos serviços*, sob pena de esses concorrerem com a indústria propriamente dita pelos escassos fundos disponíveis para a acumulação propriamente capitalística.” (Oliveira, 2003: 56, grifos no original). Em vez de um terciário inchado,

trata-se de um tipo’ de crescimento para esse setor — o dos serviços em geral — *que não é contraditório* com a forma de acumulação, *que não é obstáculo* à expansão global da economia, *que não é consumidor de excedente*. A razão básica pela qual pode ser negada a negatividade do crescimento dos serviços — sempre do ponto de vista da acumulação global — é que a aparência de “inchação” esconde um mecanismo fundamental da acumulação: os serviços realizados à base de pura força de trabalho, que é remunerada a níveis baixíssimos, transferem, permanentemente, para as atividades econômicas de corte capitalista, uma fração do seu valor, ‘mais-valia’ em síntese. Não é estranha a simbiose entre a “moderna” agricultura de frutas, hortaliças e outros produtos de granja com o comércio ambulante? (Oliveira, 2003: 57-58, grifos no original)

Os serviços de mecânica ou os serviços pessoais, esses tipos de serviços, longe de serem excrescências e apenas depósito do ‘exército industrial de

reserva' são adequados para o processo da acumulação global e da expansão capitalista, e, por seu lado, reforçam a tendência à concentração da renda. Fala-se de urbanização sem industrialização e do seu xipófago, uma urbanização com marginalização.

Ora, o processo de crescimento das cidades brasileiras — para falar apenas do nosso universo — não pode ser entendido senão dentro de um marco teórico onde as necessidades da acumulação impõem um crescimento dos serviços horizontalizado, cuja forma aparente é o caos das cidades. (Oliveira, 2003: 59)

Já que a o crescimento urbano anárquico não seria caótico em relação às necessidades da acumulação, Chico foi mostrando que

mesmo uma certa fração da acumulação urbana, durante o longo período de liquidação da economia pré-anos 1930, revela formas do que se poderia chamar, audazmente, de 'acumulação primitiva'. (Oliveira, 2003:59)

Daí decorrem suas teses sobre o mutirão — aquilo que hoje chamaríamos de autoprovisão de habitação por meio da casa própria e da forma de ajuda mútua que gerou e ainda gera tanta tensão e discussão. Chico afirmava então, que

uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de 'economia natural' dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho. (Oliveira, 2003: 59)

Vai se desenhando tanto dentro da lógica intersetorial quanto dentro das dimensões industriais e urbanas o que se reconhece como desenvolvimento desigual e combinado. A tese original e insuperável é a da introdução de relações novas nos contextos arcaicos pela reprodução de relações arcaicas no novo. Em função de uma compatibilização com a acumulação do capital e seus circuitos, as novas relações no arcaico liberariam força de trabalho que suportariam a acumulação industrial e urbana, assim como a reprodução de relações arcaicas no novo preservariam o potencial de cumulação liberado com a finalidade de expandir o próprio novo. Esses processos combinados teriam sido necessários à expansão industrial, ao longo de uma transição radical de uma acumulação quase inteiramente dependente do setor externo para uma acumulação cujo eixo se transformava no setor interno. Ao longo

dessa transição, concentraram-se renda, propriedade e poder.

Desse modo, apontava mestre Chico, a história e o processo da economia brasileira podem ser entendidos, de modo geral, como a história “da expansão da economia capitalista (...) mas esta expansão não repete nem reproduz *ipsis litteris* o modelo clássico do capitalismo nos países mais desenvolvidos, nem a estrutura que é o seu resultado” (Oliveira, 2003:61). Assim,

tomando como um *dado* a inserção e a filiação da economia brasileira ao sistema capitalista, sua transformação estrutural, nos moldes do processo pós-anos 1930, passa a ser, predominantemente, uma possibilidade definida *dentro dela mesma*; isto é, as relações de produção vigentes continham em si a possibilidade de reestruturação global do sistema, aprofundando a estruturação capitalista, *ainda quando o esquema da divisão internacional do trabalho no próprio sistema capitalista mundial fosse adverso*. Nisso reside uma diferenciação da tese básica da dependência, que somente vê essa possibilidade *quando há sincronia* entre os movimentos interno e externo. (Oliveira, 2003:62, grifos no original)

A revolução burguesa no Brasil: um debate

Esses elementos, que podem ser tomados como as grandes linhas de força da análise d’*A Crítica à Razão Dualista*, desembocariam na questão e na discussão da Revolução Burguesa no Brasil, tema que emergiria de tensões e de possibilidades e mudanças no modo de acumulação, na estrutura de poder e no modo de dominação. Chico então apontava a continuidade de uma hegemonia parcial das classes proprietárias rurais, mantendo o controle das relações externas da economia, o que permitia a manutenção do padrão de reprodução do capital adequado a uma economia agrário-exportadora. Mas com o colapso das relações externas, sua hegemonia acabava por desembocar no vácuo, o que não implicava em um mecanismo automático de produção industrial por substituição de importações.

Estavam dadas as condições necessárias, mas não suficientes. A condição suficiente será encontrar um novo modo de acumulação que substitua o acesso externo da economia primário-exportadora. E, para tanto, é preciso adequar antes as relações de produção. O populismo é a larga operação dessa adequação, que começa por estabelecer a forma da junção do “arcaico” e do “novo”, corporativista como se tem assinalado, cujo epicentro

será a fundação de novas formas de relacionamento entre o capital e o trabalho, a fim de criar as fontes internas da acumulação. A legislação trabalhista criará as condições para isso. (Oliveira, 2003: 64)

Ainda Chico nos diz,

É possível perceber que o elemento estratégico para definir o conjunto das relações na economia como um todo passou a ser o tipo de relação de produção estabelecido entre o capital e o trabalho na indústria. Mas, longe do modelo ‘clássico’, em que esse elemento estratégico tende a ‘exportar-se’ para o restante da economia, no caso brasileiro — e é possível reconhecê-lo em outros países — a implantação das novas relações de produção no setor estratégico da economia tende, por razões em primeiro lugar históricas, que se transformam em razões estruturais, a perpetuar as relações não-capitalistas na agricultura e a criar um padrão não-capitalístico de reprodução e apropriação do excedente num setor como o dos serviços. A “especificidade particular” de um tal modelo consistiria em reproduzir e criar uma larga “periferia” onde predominam padrões não-capitalísticos de relações de produção, como forma e meio de sustentação e alimentação do crescimento do setores estratégicos nitidamente capitalistas, que são a longo prazo a garantia das estruturas de dominação e reprodução do sistema. (Oliveira, 2003:69)

Depois de uma análise do período JK, o texto acaba por perguntar em qual sentido teria caminhado o sistema capitalista brasileiro pós Golpe de 1964 e demonstra que a lógica de exploração impressa pelo processo de acumulação primitiva continuava sendo explorado:

a Transamazônica não passa de uma gigantesca operação ‘primitiva’, reproduzindo a experiência da Belém-Brasília (...). A resolução das contradições entre relações de produção e nível de desenvolvimento das forças produtivas é ‘resolvida’ pelo aprofundamento da exploração do trabalho. A estruturação da expansão monopolística requer taxas de lucro elevadíssimas e a forma em que ela se dá (via mercado de capitais) instaura uma competição pelos fundos de acumulação (pela poupança) entre a órbita financeira e a estrutura produtiva que esteriliza parcialmente os incrementos da própria poupança; um crescente distanciamento entre a órbita financeira e a órbita da produção

é o preço a ser pago por essa precoce hegemonia do capital financeiro. O sistema evidentemente se move, mas na sua recriação ele não se desata dos esquemas de acumulação arcaicos, que paradoxalmente são parte de sua razão de crescimento; ele aparenta ser, sob muitos aspectos, no pós-64, bastante diferenciado de etapas anteriores, mas sua diferença fundamental talvez resida *na combinação de um maior tamanho com a persistência dos antigos problemas*. Sob esse aspecto, o pós-64 dificilmente se compatibiliza com a imagem de uma revolução econômica burguesa, mas é mais semelhante com o seu oposto, o de uma contrarrevolução. Esta talvez seja sua semelhança mais pronunciada com o fascismo, que no fundo é uma combinação de expansão econômica e repressão. (Oliveira, 2003: 105-106, grifos no original)

Uma contrarrevolução, os traços fascistas, o contraponto rigoroso à tese do Golpe de 1964 como revolução burguesa e certa melancolia de promessas não cumpridas, de um tempo de truncamentos que parecia não ter fim naquele início dos anos 1970 encerram *A Crítica à Razão Dualista*.

A era da indeterminação e até hoje

Depois do que Chico denominou de “era das invenções” que despontava no final dos anos 1960 e culminou com o fim da ditadura militar, novos truncamentos, deslizamentos e perdas foram objeto de outro texto, ele também já clássico no âmbito das ciências sociais e do pensamento brasileiro. Trata-se d’*O Ornitorrinco*³ que começa exatamente comemorando e de certa forma qualificando o texto de 1972.

Nele Chico discute seu trabalho anterior que tentava apreender o que chamou de caminhos cruzados: “como ‘crítica’, ela pertence ao campo marxista, e como especificidade, ao campo cepalino” (Oliveira, 2003:128). E segue fazendo as filiações de sua *Crítica*:

É cepalina e marxista no sentido de mostrar como a articulação das formas econômicas subdesenvolvidas incluía a política, não como externalidade, mas como estruturante: Furtado havia tratado disso quando interpretou a resolução da crise de superprodução de café nos anos da grande crise de 30, mas depois abandonou essa

3 O texto *O Ornitorrinco* foi publicado em 2003, numa edição comemorativa aos 40 anos d’*A Crítica à Razão Dualista*. A referência e as citações neste texto são da seguinte edição: OLIVEIRA, Francisco de. *A Crítica à Razão Dualista/O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

grande abertura, e o *18 Brumário* já havia ensinado aos marxistas que a política não é externa aos movimentos de classe, isto é, a classe se faz na luta de classes, mas eles também desaprenderam a lição. (Oliveira, 2003:128)

A busca de compreensão do processo de modernização e industrialização brasileiras, sua alimentação pelo atraso, a subordinação da nova classe social urbana – o proletariado – ao Estado e o que se podia reconhecer como transformismo brasileiro – isto é, a modernização conservadora ou uma revolução produtiva sem revolução burguesa na junção tensa entre economia política – começam a ganhar a forma do bicho desengonçado que deu seu nome ao livro.

Ao rejeitar o dualismo cepalino, acentuava-se que o específico da revolução produtiva sem revolução burguesa era o caráter “produtivo” do atraso como condômino da expansão capitalista. O subdesenvolvimento viria a ser, portanto, a forma da exceção permanente do sistema capitalista na sua periferia. Como disse Walter Benjamin, os oprimidos sabem do que se trata. O subdesenvolvimento finalmente é exceção sobre os oprimidos: o mutirão é a autoconstrução como exceção da cidade, o trabalho informal como exceção da mercadoria, o patrimonialismo como exceção da concorrência entre os capitais, a coerção estatal como exceção da acumulação privada (...). (Oliveira, 2003:131)

O subdesenvolvimento cujo caráter internacional se reafirma, pareceria ser uma evolução às avessas:

as classes dominantes, inseridas numa divisão do trabalho que opunha produtores de matérias-primas a produtores de bens de capital, optavam por uma forma da divisão de trabalho interna que preservasse a dominação (Oliveira, 2003:138). Havia ali consciência e não acaso.

Hoje, porém, perdeu-se a capacidade de escolha de ‘seleção’. Essa perda configura mais um elemento de uma evolução, de um percurso truncado. Há elementos novos como o conhecimento técnico científico que permitiria saltos, mas

o novo conhecimento técnico-científico está trancado nas patentes e não está disponível nas prateleiras do supermercado das inovações. E ele é descartável, efêmero. Essa nova revolução

tecnológica tem consequências – uma divisão internacional dos saberes em primeiro lugar e a acumulação como cópia do descartável também entra em obsolescência acelerada. Os resultados estão sempre aquém do esforço. (Oliveira, 2003: 138)

Ao mesmo tempo,

Os vendedores de refrigerantes às portas dos estádios viram sua produtividade aumentada graças ao *just-in-time* dos fabricantes e distribuidores de bebidas, mas para realizar o valor de tais mercadorias, a forma do trabalho dos vendedores é a mais primitiva. Combinam-se, pois, acumulação molecular-digital com o puro uso da força de trabalho. (Oliveira, 2003: 140)

A informalidade, os vendedores de tudo, as mobilidades laterais entre legalidades e ilegalidades, tudo isso conforma nosso ornitorrinco de cada dia, nossas cidades exibem “o teatro de uma sociedade derrotada, um bazar multiforme onde a cópia pobre do bem de consumo de alto nível é horrivelmente *kitsch*” (Oliveira, 2003:142-143).

Milhares de trabalhadores informais atualizam em patamares mais sofisticados o velho uso do trabalho informal e precário.

Políticas piedosas tentam “treinar” e “qualificar” essa mão de obra, num “trabalho de Sísifo”, jogando água em cesto, acreditando que o velho e bom trabalho com carteira voltará quando o ciclo de negócios se reativar. Será o contrário: quando se reativar, e isto ocorrerá de forma intermitente, sem sustentabilidade previsível, então em cada novo período de crescimento, o trabalho abstrato virtual se instalará mais fundamente.

O ornitorrinco é uma das sociedades capitalistas mais desigualitárias, mais mesmo que as economias mais pobres da África que, a rigor, não podem ser tomadas como economias capitalistas, apesar de ter experimentado as taxas decréscimo mais expressivas em período longo; sou tentado a dizer com a elegância francesa, *et pour cause*. As determinações mais evidentes dessa contradição residem na combinação do estatuto rebaixado da força de trabalho com dependência externa. (Oliveira, 2003:143)

O tema da regressão, do rebaixamento é uma forte presença no processo de constituição histórica do ornitorrinco. O que regride e se rebaixa? Tudo:

a capacidade de organização e luta dos trabalhadores, a forma mesma do trabalho assalariado, os movimentos de classe bem como seus protagonistas: petroleiros, bancários, metalúrgicos.

As forças do trabalho já não têm “força” social, erodida pela reestruturação produtiva e pelo trabalho abstrato-virtual e “força” política, posto que dificilmente tais mudanças na base técnico-material da produção deixariam de repercutir na formação da classe. Embora na linha thompsoniana trabalhador não seja apenas um lugar na produção, inegavelmente há que concordar com Perry Anderson: sem esse lugar, ninguém é trabalhador, operário. A representação de classe perdeu sua base e o poder político a partir dela estiolou-se. Nas específicas condições brasileiras, tal perda tem um enorme significado: não está à vista a ruptura com a longa “via passiva” brasileira. (Oliveira, 2003:145-146)

Mas não se trata tampouco do subdesenvolvimento. O truncamento das classes – os fundos de pensão, a nova classe – com direito à racionalização e ao controle de pedaços inteiros do Estado, antigas classes transformadas em sujeitos de um novo modo de dominação, identidades novas entre velhos opositores que conhecem ambos o ‘mapa da mina’ – o controle do acesso aos fundos públicos, novos e poderosos consensos sobre Estado e Mercado, desdobramentos da noção de hegemonia – hegemonia às avessas e/ou indeterminação, esses são alguns dos elementos que caracterizam o ornitorrinco. Essa metáfora, porém, não é mais uma chave para a explicação do subdesenvolvimento como leitura e compreensão do Brasil. O Ornitorrinco é uma zona de passagem, uma zona de transição que se transformou em zona de detenção.

Também aqui operam categorias de Benjamin: se *A Crítica* acabava apontando para as dimensões melancólicas, *O Ornitorrinco* – a nossa exceção do não mais para o não ainda – parece assim indicar exceção permanente, aprisionamento em nebulosas, em constelações marcadas pela era da indeterminação e pela brutalidade de novos modos de exploração e dominação, novas formas de acumulação, passagens que deveriam ser pontes, mas que se fecham como portas que não franqueiam futuros diversos do presente.

Como diz meu mestre e meu amigo: todo otimista é um pessimista mal informado. É nessa chave de leitura e de informação sobre o enigma brasileiro – o não mais e o não ainda – que estaríamos presos. Kafka assinala uma possibilidade de nomeação quando afirmou: “há uma enorme esperança, mas não está ao nosso alcance”.

Essa possibilidade e impossibilidade permitem que se entreveja e que se aponte a noção de crise do sujeito, ou do sujeito em crise – em especial

no que diz respeito às possibilidades e potências dos atores nas cenas que os constituem e são por eles constituídas⁴. Recentemente a reflexão sobre o Brasil aparentemente revestida de rigor científico – isto é, de categorias traduzíveis em magnitudes mensuráveis – parece estar submersa nas tramas de um otimismo cruel, ainda que recentemente essa nuvem otimista venha se dissipando. Esse otimismo apontava para um alvo, uma aposta, um projeto de melhoria contínua de vida, uma curva ascendente envolta em uma ilusão de chegada que funciona como curto-circuito em relação às suas alternativas. Trata-se da “longa marcha democrática brasileira”: igualdade jurídica, sufrágio universal, políticas distributivas sem fraturas violentas que abreviassem esse percurso em direção a esse novo patamar, diminuição da miséria, extensão indefinida da suposta “classe C”. Essa melhoria contínua se reveste muito frequentemente de um manto de participação que alguns denominaram exclusão participativa e outros, como eu em outros textos, de gestão das necessidades.

Tal como nas referências a Benjamin, estaríamos em um limiar dilatado – um limiar que se transformou progressivamente, silenciosamente, em zona de detenção. Por um lado, somos condenados a escolher permanentemente entre o pior e o menos pior. Ou então, para enunciar de outro modo, estamos cercados e circunscritos a um momento em que em nome da curva ascendente – da suposta democracia formal, da melhora dos padrões de vida, dos programas sociais de todos os tipos, de canais de participação, de conselhos e órgãos bi ou tri partites –, devemos abrir mão de uma reflexão crítica, silenciar os pessimistas, fazer avançar um ideário que substitui reivindicações por reconhecimento participativo. Um exame a partir de um olhar mais de dentro e de perto, talvez possa ajudar a decifrar algo desse enigma sobre a fluidez entre regra e exceção, algo de nosso ornitorrinco.

A primeira dimensão dessa fluidez diz respeito à legalidade do que não é legalizável – Estado de exceção na sua acepção original. A segunda aponta para uma pergunta clássica: quem decide sobre a exceção? Pois bem, se tomarmos alguns índices sobre a gestão da cidade de São Paulo hoje, apenas para citar um exemplo, essa liminaridade entre regra e exceção, legalidade e ilegalidade, formalidade e informalidade ganha densidade e visibilidade. Operação Bico

4 Ver BERLANT, L. *Cruel Optimism*. Nova York: Duke University Press, 2006. Devo essa indicação a Sergio Baierle, em especial no texto *Crise do Sujeito, Otimismo Cruel e Exclusão Participativa*. Texto Apresentado ao III Encontro ETTERN ‘Globalização, Políticas Territoriais, Meio Ambiente e Conflitos Sociais’, Vassouras, 2012. Ver ainda sobre a noção de alternativas infernais PIGNARE, P.; STENGERS, I. *La Sorcellerie capitaliste. Pratiques de désenvoûtement*. Paris: La Découverte, 2005. A indicação da ideia de alternativas infernais se ancora em Henri Acselrad. Essas ideias advindas recentemente de Baierle e Acselrad, a quem agradeço, deram continuidade à imagem de uma gestão legítima da necessidade e da precariedade contida no texto *Orçamento Participativo em São Paulo – publicação da cidade?* In OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. *A Era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

Legal e Operação Delegada – ambas com elementos claramente mantidos pela gestão municipal que se iniciou em 2013 – são combinações típicas do nosso ornitorrinco entre contravenções e legalidade, nos grandes projetos dos grandes eventos e na repressão cotidiana de manifestações e passeatas, nas formas de militarização da gestão urbana⁵, nas remoções e desocupações cujo exemplo paradigmático é o do Pinheirinho, em São José dos Campos, nas manifestações e acordos, a desmontagem de diagramas de análise que permitiram compreender o país parece apontar para a necessidade de reler os clássicos, dialogar com eles, puxar fios, buscar mais uma vez nomeações.

Além disso, a desocupação do Pinheirinho, a presença e o convênio entre a USP e a Polícia Militar e as várias investidas policiais na “Cracolândia”, apresentam exemplos flagrantes de truculência, mais uma vez evidenciada na ação policial contra as manifestações de 2013. Mas o que mais interessa é perceber que esse regime de repressão excepcional, esse estado de exceção que indica graus crescentes de militarização, aponta para uma associação das mais clássicas e, ao mesmo tempo, inteiramente contemporânea. Trata-se, por um lado, da associação entre limpeza social e gestão da pobreza. Ao lado dessa dimensão ostensivamente policial, a novíssima face da associação entre polícia e políticas sociais. Modos de operação, condicionalidades, acompanhamentos que tornam governáveis os pobres, em nome do combate à pobreza, vacinas, escolarização, programas de cultura e geração de emprego e renda põem em cena operadores e mediadores, entre os quais associações populares e “comunidades” criadas por expedientes “solidários” vinculados a igrejas evangélicas, todo um leque de novos empregos gerados para atuação junto à pobreza. Pobres lidando com pobres, mulheres pobres atuando junto a mulheres pobres, construindo mediações morais que permitem antever formas de policiamento cotidiano, pequeno e invisível de públicos-alvo que fragmentam e criam designações, nomeações, contornos novos em nome de uma suposta cidadania e dignidade que na contramão da politização, no avesso da criação de sujeitos políticos, moralizam a pobreza⁶. Essa pobreza moralizada também ganha as cores e as formas da produção cultural – campo de disputa e de embate entre atores, entre os quais os coletivos que ocupam o lugar vazio deixado pelas militâncias partidárias e sindicais e uma miríade de centros culturais patrocinados, mecenatos, ONGs, OSs, OSCIPs.

Para finalizar essa trama, o desenho do combate à pobreza como negócio: ou o negócio do trabalho associado, o negócio das empreiteiras e grandes

5 Ver a respeito da militarização das formas de gestão urbana artigo de Daniel Hirata, *A produção das cidades securitárias: polícia e política in Monde diplomatique Brasil*, maio de 2012. Nesse mesmo artigo, Hirata aponta que o início da fiscalização urbana realizada pela polícia militar teve lugar na gestão de Marta Suplicy, ainda que tenha atingido na gestão Kassab, sua maior extensão.

6 Ver entre outros textos, GEORGES, I. *Entre participação e controle: os(as) agentes comunitários de saúde da região metropolitana de São Paulo in Revista Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 73-85, jan./jun. 2011.

construtoras produzindo casas dentro do programa Minha Casa Minha Vida, grandes empresas fazendo o “trabalho social” de urbanização de favelas ou de acompanhamento de instalação de infraestrutura; o negócio do consumo popular e do crédito devidamente securitizado, exceção e financeirização da pobreza se acoplam assim em territórios de controle constituídos pela gestão e pelo governo das precariedades, pelo seu cerco, montando linhas de demarcação, construindo linhas de fronteira entre assistidos, mas, sobretudo, enredando operadores e públicos-alvo no mesmo dispositivo de gestão.

Esses mesmos dispositivos de gestão e de controle, essas formas de administração e governo da vida não são exercidas apenas (apenas?) sobre os públicos beneficiários ou assistidos, mas envolvem seus operadores que, nas margens do Estado, dentro e fora de suas práticas, implementam programas, “políticas públicas” e policiamentos, dando vida ao que denominei de privatizações cruzadas⁷ como o uso da promoção de cultura como captação de recursos para investimento em programas de saúde. Laboratórios de práticas e modos de governar a vida – pode-se perguntar afinal onde estão as linhas de demarcação entre Estado e Sociedade; como se constituíram e como se desenham os campos de força; como pensar pertinência e pertença e seus deslizamentos; como apreender e nomear as passagens do cidadão ao beneficiário, do sujeito de direitos a alvo das políticas de crédito. Pode-se ainda apontar uma crise de nomeação, além de uma crise de representação e de mediações entre as situações sociais e a constituição e destituição de sujeitos políticos – um campo de indeterminações, ou como quer Francisco de Oliveira, uma era de indeterminações, no continente em que Darwin, para retomar o ornitorrinco, teve seu estalo de Vieira.

Uma última palavra sobre Mestre Chico e sobre o que ele nos ajudou a pensar e entender. Trata-se das manifestações, do que imprensa e governos chamam de “a voz das ruas”. Em uma reunião do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania para elaboração de um novo projeto de pesquisa, Chico apontava o que passo agora a reproduzir, ainda que de algum modo, a partir do que compreendi de suas observações.

Sempre de olho nas dimensões estruturantes, afirmava que

estariamos diante de uma mudança de patamar do capitalismo brasileiro. Dessa perspectiva, talvez não seja mais possível qualificar o país nos quadros do velho subdesenvolvimento de matriz cepalina. Se essa afirmação ganha corpo, então, talvez esse momento exija também novas lentes, novos prismas, que

7 Ver RIZEK, C. *Políticas sociais e políticas de cultura – territórios e privatizações cruzadas*, texto apresentado no Seminário LATINASSIST, Nogent sur Marne, 2012. Uma nova versão desse texto será publicada na Revista Brasileira de Estudos Urbanos.

permitam qualificar o capitalismo monopolista brasileiro em sua face financeirizada, conformando, de maneira até certo ponto inédita, as relações de classe. Nessa nova conformação, as classes dominantes, em especial a burguesia brasileira não poderia mais exercer uma forma de dominação e de hegemonia que desse ao país um rosto que refletisse sua própria imagem. Por outro lado, tampouco seria possível qualificar as classes populares como protagonistas clássicas desse novo patamar de desenvolvimento, marcado assim por truncamentos que operam entre e nas situações e dimensões estruturantes das classes assim como em suas formas de atuação e expressão cultural e política. Seria então possível perguntar quais as relações entre esses truncamentos, obstruções e o chamado lulismo, por suas determinações, bem como pelos seus campos de conflito e relações de força.⁸

A questão da estrutura de classes, de suas relações com um capitalismo brasileiro de inserção internacional redesenhada, a centralidade do capital financeiro, suas relações com os processos de acumulação, um deserto de sujeitos políticos, tal como se constituíram a partir dos conflitos e lutas as classes sociais, um deserto de multidões que marcham nas ruas sem que seja possível identificar em suas falas afinal o que falam, quem fala e pelo que lutam, diagnósticos que vão da desertificação e elisão da política ao fascismo como expressão dessas mesmas multidões. Talvez essa voz das ruas seja o que meu amigo e meu mestre chamou de indeterminação, como impossibilidade de constituição de sujeitos que possam disputar o sentido mesmo do mundo, para além da esfera de seus interesses ou de suas necessidades.

Prá você Chico, nossos agradecimentos e um grande abraço, um abraço do tamanho desse mundão que você busca compreender e explicar.

8 SINGER, A.; LOUREIRO, I.; BELLO, C.; RIZEK, C.; BRAGA, R.; SILVA, A. e outros. *Desigual e combinado: capitalismo e modernização periférica no Brasil do século XXI*. Projeto de pesquisa encaminhado ao CNPQ, maio de 2013.